



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**

**PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO DO CRÉDITO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO DO AGRONEGÓCIO**

**DATA: 05/09/23**

**HORÁRIO: 14:00h**

**LOCAL: Sala de Reunião do MAPA (Híbrida)**

**MEMÓRIA DA REUNIÃO**

- 1 - 14:00 - Abertura da 03ª Reunião Ordinária, pelo Presidente da Câmara Setorial, Thiago Bras Rocha.
- 2 - 14:05 - Aviso e informações da Secretaria da Câmara. Próxima reunião - 16/11
- 3 - 14:10 - Nova Lei Cambial - Modernização do Mercado de Câmbio Brasileiro. Geraldo Magela Siqueira (Instrutor, assessor e consultor)
- 4 - 14:40 - Perguntas de respostas.
- 5 - 15:00 - Atualização dos Grupos de Trabalhos:
  - GT 01 Crédito Oficial - Célio Porto
  - GT 02 Finanças Agrodigitais - Fernando Pimentel
  - GT 03 Finanças verdes - Phellipe Käfer
  - GT 04 Mercado de Capitais - Renato Buranello
  - GT 05 Modernização Regulatória do Crédito - Guilherme Rios
  - GT 06 Seguros - Vitor Ozaki
- 6 - 16:00 - Deliberações sobre as propostas trazidas pelos GTs.
- 7 - 16:15 - Assuntos Gerais e Encaminhamentos.
- 8 - 16:25 - Encerramento.

Link de acesso à reunião: [meet.google.com/mpr-ysgd-cbp](https://meet.google.com/mpr-ysgd-cbp)

**ASSUNTOS ABORDADOS**

- Abertura da Presidência – Thiago falou da necessidade de reuniões mais objetivas e apresentou o professor Geraldo Magela Siqueira.
- Avisos da Secretaria – Aprovação da memória da 2ª Reunião Ordinária. Aos participantes *on line*, colocar nome e entidade para registro de presença. Agenda: última reunião em 16/11/2023. As reuniões são gravadas. Pontos que possuam algum grau de sigilo devem ser avisados, antes de apresentá-los.

- Ângelo relatou a vasta experiência do Geraldo, no BCB. Dos 38 anos de Banco, 32 à frente da área de câmbio.
- Geraldo fez uma apresentação sobre a Nova Lei Cambial. Comentou a respeito do fortalecimento da correspondência bancária internacional, em reais, e da liquidação em transações internacionais.
- Ângelo levantou os seguintes pontos:
  - i) Para o pessoal de mercados de capitais, a solução está dada. A legislação já permite manter conta no exterior, observadas as normas específicas. Por exemplo, se o BCB permitir que determinada entidade de mercados de capitais opere câmbio, a legislação geral não impedirá, logo, caberá a cada entidade verificar as regulamentações peculiares.
  - ii) É preciso entrar no mercado de ESG.
  - iii) Diminuir o receio de pegar empréstimo referenciado em moeda estrangeira.
  - iv) Existem mecanismos que permitem às empresas brasileiras acessarem créditos internacionais.
- Devido à regulamentação interna, não é possível às securitizadoras terem conta em dólar no exterior, informou Renato. Deve-se encontrar uma forma de incluir as securitizadoras na lei. A restrição é uma regra da CVM. Do ponto de vista cambial, não há empecilho, explicou Geraldo. A restrição é da ordem prudencial.
- **GT 01 Crédito Oficial** – Não tiveram reunião. Esperaram o fim de agosto para obterem os dados consolidados do Plano Safra lançado em julho. Com 2 meses de operacionalização, dá para fazer um balanço. As questões a serem discutidas: **a)** Descontos em taxas a quem adota boas práticas agropecuárias, a partir de se ter o CAR analisado; **b)** A trimestralidade aprovada pelo Tesouro e o esgotamento de recursos, em diversas linhas. Tal ação pode não se relacionar com a demanda de recursos ao setor rural. Thiago atentou para a assimetria de informações, entre as oficiais disponíveis ao público e o que há, de fato, na esteira dos bancos. Sugeriu a criação de um painel com essas informações.
- **GT 02 Finanças Agrodigitais** – Continuaram os trabalhos junto ao CNJ e BCB. Reuniram-se com a área de fiscalização do BCB, para averiguar a viabilidade de acessarem dados relativos à alavancagem financeira de indivíduos que pleiteiam crédito. Mais de 50% do crédito rural não sai de banco. O papel do GT é melhorar o processo de informação, tirar os entraves, integrar CNJ e BCB, melhorar a segurança jurídica. Por fim, melhorar a governança junto ao BCB. O segundo tema é a aproximação com o CNJ, com intuito de formalizar as garantias. Hoje há grandes diferenças de preço e tempo de tramitação, mesmo entre cidades vizinhas. O grau de liberdade dos notários em pedir certidões, em negar cláusulas em CPRs ou pedir para acrescentar algo é destoante da dinâmica no campo. A discricionariedade do cartório é gigantesca. Soma-se a isso as regras definidas para os notários, por corregedorias estaduais e juízes de primeira instância. Existem, ainda, cartórios itinerantes. As Agrodigitais não evoluem nesse ambiente. É preciso ter, no CNJ, um ponto de apoio, para regular esse grau de liberdade e aumentar a fluidez nos processos. Implantar normas para facilitar o processo de forma digital. Não tem condição de o produtor andar 80 km, para registrar uma CPR, e, ao chegar ao cartório, o notário não aceitar uma cláusula e o produtor refazer tudo. Perde-se tempo e dinheiro. Outra pendência é como se registra o patrimônio de afetação. Ver, com o CNJ, o que falta, em relação ao custo de registro, para instrumentalizar a padronização nacional.

- **GT 03 Finanças verdes** – Propôs-se ter um mercado de carbono em que a pecuária seja uma geradora dos créditos, ao invés de ser um setor regulado. Buscar incentivo tributário para desenvolver esse mercado e os instrumentos financeiros a ele relacionados. Deixar a finalidade mais em linha com outros normativos. O último item abordado foi a monetização de áreas de Reserva Legal e APP. É preciso abrir a possibilidade de discussão e desenvolvimento por meio do mercado, por exemplo, crédito para a biodiversidade ou de conservação de áreas, os quais abarcam vários serviços ecossistêmicos. Priorizar propostas para regulamentar o manejo sustentável da reserva legal. Pretende-se elaborar uma forma de o capital público ser utilizado para mobilizar mais capital privado. Outra opção é se aproximar de entidades ligadas à ciência (academias, universidades, centros de pesquisa). Thiago sugeriu construir uma proposta mais fechada, para a mitigação de impacto, e apresentarem tanto ao MAPA quanto ao MDIC. Focar em serviços ecossistêmicos, ou crédito da biodiversidade. A regulação de carbono serve para organizar o mercado, tanto na questão fiscal quanto na tributária. Os serviços ecossistêmicos brasileiros são muito mais tangíveis do que privilegiar, no momento, crédito de carbono. Se uma empresa diz que mitiga preservando “X” na Amazônia, isso pode ser georreferenciado e acompanhado. Necessita-se de mecanismos para estabilizar a legislação ambiental e criar uma forma de pagamento em que as regras são equacionadas mundialmente. Almejar um mercado de crédito de carbono rastreável, gerará uma receita maior.
- **GT 04 Mercado de Capitais** – Discutiu-se sobre o crowdfunding de CPR. Como reduzir as intermediações das operações de CPR no mercado de capitais?
- **GT 05 Modernização Regulatória do Crédito** – Além da reunião de formação, o GT não teve outro expediente. O Grupo deveria trabalhar na melhor estratégia legislativa. Pegar as demandas de alteração legislativa, absorver as propostas, tratá-las e sugerir a solução mais adequada. Por exemplo, surge-se um texto em forma de redação legislativa, o trabalho do GT era colocar na forma adequada: medida provisória, projeto de lei, decreto, instrução normativa ou pensar em projetos de lei em tramitação. Um item importante foi a tributação na variação cambial. O GT não levou o assunto à frente. Como resultado, José Ângelo, Célio Porto e Thiago Rocha tocaram o assunto sozinhos. Trabalharam emendas para a MP 1.171/2023. Decaiu o prazo e houve necessidade de atuar para tratar o assunto em outra MP, a 1.184, (conhecida como MP dos fundos dos super ricos). Redigiram 3 emendas.
- **GT 06 Seguros** – Victor apresentou os trabalhos realizados. Elegeu-se, para ser tratado neste ano, o tema: fundo de catástrofe X fundo de estabilização do seguro rural. Propôs-se desmembrar a Modercred e formar uma câmara específica de seguros. Para Thiago só se justifica ter outra câmara, caso haja comprometimento dos interessados e se estruture um plano estratégico de gestão de risco no agronegócio, o qual detalhe os gargalos do setor, a concentração de riscos e as causas identificadas, além de trazer algumas hipóteses e propostas. Thiago lançou uma enquete para levantar quais entidades se interessariam em compor essa nova câmara temática. Alertou-se que a enquete é só para levantar a intenção, caberá ao Ministro decidir sobre a criação. Houve 8 votos positivos *on line* e **X presencial**.
- Presidente – colocou em votação a participação de novos membros: Confederação Nacional das Instituições Financeiras e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Ambos foram aprovados.

## ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
Estruturar um elo entre Modercred e o BCB	BCB	Agendar reunião com representantes	Ângelo / MAPA	30 dias
Marcar reunião com o Grupo de Modernização Regulatória do Crédito	GT 05	Agendar reunião com representantes	Presidente	30 dias
Nota Técnica para esclarecer o que é crowdfunding de CPR.	ABFintechs	Fazer Nota Técnica	Presidente	30 dias
Reunião com o BNDES sobre a viabilidade de captar recursos vindos do exterior e repassar a bancos de desenvolvimento locais	BNDES	Marcar reunião	Presidente Ângelo / MAPA	45 dias
Reunião entre CNJ, BCB e GT 02 para discutir a viabilidade de acesso aos dados do SCR, com intuito de precificar melhor o risco	GT 02 CNJ BCB	Marcar reunião	Presidente Ângelo / MAPA Naine / ONR	45 dias
Painel de informações ou boletim periódico com informações do crédito tomado e do contratado e com as projeções financeiras	GT 01 DEROP/BCB	Criar modelo para aprovação	Ângelo / MAPA Célio Porto	45 dias
Convidar a BBM para expor o caso de sucesso em lançar o primeiro CDA/WA em Bolsa.	BBM	Fazer ofício	Leandro	45 dias

**OBSERVAÇÕES:** As gravações dos áudios das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras ou da sociedade civil.

**APROVAM E ASSINAM ESTA MEMÓRIA**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Presidente: Thiago Bras Rocha	
Secretária: Adriana Novoa Brambila Bressan	
Supervisor: Luís Henrique	